

Demonstrações Financeiras

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos sócios quotistas e Diretores da

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Jaboticatubas - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos sobre os valores correspondentes do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, não foram auditadas pelo auditor antecessor e nem por outros auditores independentes, e conseqüentemente, não foram emitidas opiniões sobre elas. Em razão disso, e conforme previsto na NBC TA 510 – Trabalhos iniciais, saldos iniciais, os procedimentos adicionais que foram realizados, no contexto de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2023, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A opinião do auditor antecessor sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também incluiu modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 28 de março de 2025, com modificações referentes ao assunto apresentado na seção “Base para opinião com ressalva”.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.




**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>ATIVO</u>			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.019	1.187
Contas a receber	5	3.152	-
Impostos a recuperar		34	1
Partes relacionadas	11	-	1
Outros ativos		285	42
Total do ativo circulante		<u>12.490</u>	<u>1.231</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado	6	161.184	95.333
Direito de uso	7	4.385	3.897
Total do ativo não circulante		<u>165.569</u>	<u>99.230</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>178.059</u>	<u>100.461</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Passivo circulante			
Fornecedores	8	394	34.309
Obrigações tributárias	9	1.629	898
Arrendamentos	10	23	12
Dividendos a pagar	12	2.046	-
Partes relacionadas - Mútuos	11	1.694	-
Total do passivo circulante		<u>5.786</u>	<u>35.219</u>
Passivo Não circulante			
Arrendamentos	10	6.182	5.542
Total do passivo não circulante		<u>6.182</u>	<u>5.542</u>
Patrimônio líquido			
Capital Social	12	159.522	7.632
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	55.700
Prejuízos acumulados		-	(3.632)
Reserva de lucros		6.569	-
		<u>166.091</u>	<u>59.700</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>178.059</u>	<u>100.461</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita líquida operacional	13	19.734	-
Custos de vendas de energia e serviços prestados	14	<u>(4.794)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>14.940</u>	<u>-</u>
Despesas Operacionais			
Despesas administrativas	14	(256)	(907)
Outras despesas operacionais	14	<u>(5)</u>	<u>(6)</u>
		<u>(261)</u>	<u>(913)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		<u>14.679</u>	<u>(913)</u>
Receitas financeiras		321	3
Despesas financeiras		<u>(800)</u>	<u>(2.698)</u>
Resultado financeiro	15	<u>(479)</u>	<u>(2.695)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		<u>14.200</u>	<u>(3.608)</u>
Imposto de renda e contribuição social	16	(1.953)	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>12.247</u>	<u>(3.608)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	12.247	(3.608)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	<u>12.247</u>	<u>(3.608)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva retenção de lucro</u>	<u>Lucros (Prejuízos) Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023 - não auditado	10	-	-	-	(24)	(14)
Aumento de capital social	7.622	-	-	-	-	7.622
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	55.700	-	-	-	55.700
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.608)	(3.608)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.632	55.700	-	-	(3.632)	59.700
Aumento de capital social	151.890	(55.700)	-	-	-	96.190
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	12.247	12.247
Reserva legal	-	-	431	-	(431)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.046)	(2.046)
Reserva de lucros	-	-	-	6.138	(6.138)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	159.522	-	431	6.138	-	166.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		12.247	(3.608)
Ajustes no lucro para:			
Encargos de juros de arrendamento	10	663	2.928
Amortização direito de uso	7	220	467
Atualização monetária sobre arrendamento	16	100	-
Depreciação	6	3.677	-
Baixas de imobilizado	6	6	-
		16.913	(213)
(Aumento) redução dos ativos operacionais			
Contas a receber		(3.152)	-
Impostos a recuperar		(33)	(1)
Adiantamentos a fornecedores		-	3.022
Outros ativos		(242)	615
		(3.427)	3.636
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores		(33.915)	2.568
Obrigações tributárias		1.565	893
		(32.350)	3.461
Caixa aplicado/proveniente nas atividades operacionais		(18.864)	6.884
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(834)	-
Pagamento juros de arrendamento		(100)	(295)
Caixa líquido aplicado/proveniente nas atividades operacionais		(19.798)	6.589
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	6	(69.534)	(61.710)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos		(69.534)	(61.710)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital social	12	96.190	7.622
Adiantamento para aumento de capital		-	55.700
Partes relacionadas - ingressos de dívidas	11	1.694	-
Pagamento partes relacionadas		-	(6.495)
Pagamento principal de arrendamento	10	(720)	(1.443)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		97.164	55.384
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		7.832	263
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	1.187	924
No fim do exercício	4	9.019	1.187
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		7.832	263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rodovia MG 323, S/N, KM 31 - Bairro Zona rural - CEP 35830-000, Município de Jaboticatubas - Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social e propósito específico a geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, com endereço situado em Rodovia MG 323, S/N, KM 31 - Zona rural do Município de Jaboticatubas - Minas Gerais.

O empreendimento possui capacidade instalada de 63,8MWpico (45MWac). A Companhia firmou contratos de venda de energia com 4 clientes (“*Offtakers*”) com preços variando entre de R\$ 250 e 351/MWh, por um prazo variando entre de 15 anos, e o início de operação comercial ocorreu em 05 junho de 2025.

A Companhia foi constituída em 05 de outubro de 2022, tendo por objeto social : escritório com prestação de serviços de desenvolvimento, gerenciamento e gestão de projetos solares, supervisão de obras de construção civil e elétrica, ligação e religação de pontos de conexão residencial de energia elétrica, geração de energia fotovoltaica, intermediação de negócios referentes a energia solar, operação de construção e manutenção de usinas solares escritório com serviços de preparação de documentos e serviços de apoio administrativo (exceto serviços advocatícios), tais como preenchimento de cadastros e formulários junto a órgãos públicos e privados para obtenção de autorizações e licenças.

Em 08 de setembro de 2023 foi constituído o Consorcio UFV Pedro Leopoldo II, onde a Companhia é a consorciada líder. O objetivo do consorcio é a reunião2, de consorciadas para a união de esforços, experiencias, bens e recursos humanos e técnicos das consorciadas para fins de exploração comercial da Usina. A consorciada líder desempenhará as funções de administradora e gestora do Consórcio. A operações de parte relacionadas estão detalhadas na nota explicativa 11.

A Companhia é controlada pela Holding Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo S.A que detém 100% das ações.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e concluíram que as mesmas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 31 de março de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

I) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros.

II) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

II) Estimativas e premissas--Continuação

b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

c) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

d) *Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a companhia não possui valores registrados ou a serem divulgados nas demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

III) Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do exercício foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro Presumido.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Imobilizado--Continuação

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros são classificados em duas categorias: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)** - O CPC 48 define um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Classificação e mensuração--Continuação

- **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos - a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.4. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*)--Continuação

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)--Continuação

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. Nas datas bases de encerramento dos exercícios sociais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem provisões para demandas judiciais e ou contingências passivas relevantes.

3.6. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota explicativa 3.4.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa como taxa de juros 12,06% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 35 anos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

3.8. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia faz a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Contas a receber

Incluem receita proveniente da operação, manutenção e arrendamento da usina fotovoltaica, bem como da gestão da energia gerada para o autoprodutor. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável. Pelo histórico de adimplência e por garantias prestadas pelos seus clientes, a Companhia não possui perda estimada reconhecida nos exercícios apresentados nas presentes demonstrações financeiras.

3.11. Fornecedores

Referem-se à compra de materiais, prestação de serviços para construção dos projetos dos parques de geração de energia fotovoltaica, bem como para a operação, todos contabilizados pelo regime de competência. É utilizado o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos.

3.12. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 até findas em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia avaliou os pronunciamentos e alterações contábeis que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 e concluiu que sua adoção não produziu efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras do exercício. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18/CPC 06 (R2): Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- Alterações à IFRS 9/CPC 48 e à IFRS 7/CPC 40 - Alterações à Classificação e Mensuração de instrumentos financeiros;
- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11.

A companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos conta movimento	49	-
Bancos aplicações financeiras (a)	8.970	1.187
Total	9.019	1.187

As aplicações correspondem a aplicações em renda fixa automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remuneradas, em média, a 96,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (97% em 31 de dezembro de 2024).

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços Prestados	1.007	-
Locação	2.145	-
Total	3.152	-

Os saldos apresentados das contas a receber encontram-se a vencer na referida data-base. Não há histórico de inadimplência. O prazo médio de recebimento é de 30 dias corridos contados a partir do primeiro dia do mês subsequente, dependendo do contrato com cada cliente.

6. Imobilizado

O imobilizado se refere a usina de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, com capacidade instalada de 63,8MWpico (45MWac). Sendo a conclusão da obra ocorreu no primeiro semestre de 2025 e o início de operação comercial em junho de 2025.

A composição do ativo imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, está demonstrada na tabela abaixo:

	<u>Taxas</u>	<u>Custo</u>	<u>Imobilizado Líquido em 31/12/2025</u>	<u>Imobilizado Líquido em 31/12/2024</u>
Projetos em andamento		-	-	67.768
Adiantamentos contratos de importação		-	-	2.015
Adiantamento a fornecedores		-	-	25.550
Construção em andamento		-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,54%	13.101	13.101	-
Máquinas e equipamentos	4,58%	148.083	148.083	-
Total		161.184	161.184	95.333

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado--Continuação

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

	<u>Imobilizado Líquido em 31/12/2024</u>	<u>Transferências</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2025</u>
Projetos em andamento	67.768	(67.762)	-	(6)	-	-
Adiantamentos contratos de importação	2.015	(2.015)	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	25.550	(25.550)	-	-	-	-
Construção em andamento	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	13.336	-	(235)	13.101
Máquinas e equipamentos	-	95.327	56.198	-	(3.442)	148.083
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-
Total	<u>95.333</u>	<u>-</u>	<u>69.534</u>	<u>(6)</u>	<u>(3.677)</u>	<u>161.184</u>

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	<u>Imobilizado Líquido em 31/12/2023 - não auditado</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2024</u>
Projetos em andamento	33.623	34.145	67.768
Adiantamentos contratos de importação	-	2.015	2.015
Adiantamento a fornecedores	-	25.550	25.550
Total	<u>33.623</u>	<u>61.710</u>	<u>95.333</u>

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Direito de uso

Os valores relativos a direito de uso registrados no ativo são oriundos do impacto da adoção do IFRS 16 - Arrendamentos (CPC 06 (R2)) e advém principalmente com relação a contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica. Trata-se de 8 contratos celebrados por um período de 35 anos com vigência entre 2021 e 2056.

A movimentação do direito de uso dos ativos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada abaixo:

	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Total</u>
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2024</u>	<u>4.364</u>	<u>-</u>	<u>(467)</u>	<u>3.897</u>
Terreno	745	(37)	(220)	488
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2025</u>	<u>5.109</u>	<u>(37)</u>	<u>(687)</u>	<u>4.385</u>

A movimentação do direito de uso dos ativos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada abaixo:

	<u>Adições</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Total</u>
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2023 - não auditado</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Terreno	4.364	(467)	3.897
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2024</u>	<u>4.364</u>	<u>(467)</u>	<u>3.897</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não apurou despesas referentes a direito de uso de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

8. Fornecedores

O saldo de fornecedores nacionais em 31 de dezembro de 2025 é R\$395 (R\$34.309 em 31 de dezembro de 2024). Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores a pagar (a)	394	34.309
<u>Total</u>	<u>394</u>	<u>34.309</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores era de R\$ 34.309, devido aos projetos de construção em andamento da usina. Com a finalização das obras em 2025 e a quitação das obrigações, o saldo foi reduzido para R\$ 394, demonstrando a regularização dos compromissos assumidos no exercício anterior.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	748	-
Contribuição social	264	-
INSS Retido serviços terceiros	492	888
PIS/ COFINS	97	-
ISS	26	-
IRRF/ PIS/ COFINS/ CSLL retidos	2	10
Total	1.629	898

10. Arrendamentos

Os valores relativos a passivos de arrendamento são oriundos da adoção inicial do IFRS 16 - Arrendamentos (CPC 06 (R2)), e advém principalmente das obrigações assumidas com quatro contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 35 anos tendo sua vigência entre 2021 e 2056.

Os arrendamentos foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa 2.14, com taxa de juros 12,06% a.a. com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 35 anos, com vencimento até 2056.

	Passivo de Arrendamento	Ajuste a Valor presente	Valor total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-	-	-
Adições	23.080	(15.788)	7.292
Pagamentos	(1.443)	-	(1.443)
Acréscimos de juros	(295)	-	(295)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.342	(15.788)	5.554
Remensuração	708	-	708
Acréscimos de juros	-	663	663
Pagamentos	(720)	-	(720)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	21.330	(15.125)	6.205
Circulante			23
Não circulante			6.182

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar dos arrendamentos de acordo com as obrigações assumidas em cada contrato:

	2026	2027	2028	2029	2030	A partir de 2031	Total
Vencimento de Passivo de Arrendamento	720	721	721	721	721	17.726	21.330

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Transações com partes relacionadas

Remuneração dos membros-chave da Administração

A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O saldo do passivo em 31 de dezembro de 2025 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de saldos com a sua Controladora Pedro Leopoldo, referente ao pagamento de Tarifa de uso de sistema de distribuição (TUSD).

Partes relacionadas Passivo circulante

<u>Parte relacionada</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>	<u>Recebimentos</u>	<u>Saldo em 31/12/2025</u>
Usina de energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo S.A	-	1.694	1.694
	-	1.694	1.694

12. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$159.522 dividido em 159.521.622 ações ordinárias nominativas (Em 31 de dezembro de 2024 R\$7.632 o capital social subscrito e integralizado).

<u>Acionista</u>	<u>Número de ações ordinárias</u>	<u>% do Capital da Companhia</u>
Usina de energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo S. A	159.521.622	100,00%
	159.521.622	100%

Os detentores de ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Movimentação do capital social

Ao longo de 2025 a Companhia realizou um aumento de capital subscrito para R\$159.522 dividido em 159.521.622 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00, integralizado pela conversão em capital social da integralidade dos adiantamentos para futuros aumentos de capital ("AFAC") no valor de R\$55.700 realizados em 2024 e 2025, e integralizados R\$96.190 em 2025.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

Movimentação do capital social--Continuação

<u>Descrição</u>	<u>Data</u>	<u>Ações</u>	<u>Capital social</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024		<u>7.632</u>	<u>7.632</u>
Aumento de capital - integralização de Capital 5º alteração do contrato social em 11/04/2025		151.290	151.290
Aumento de capital - integralização de Capital 7º alteração do contrato social em 30/12/2025		600	600
Integralizado em 2025		<u>151.890</u>	<u>151.890</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025		<u>159.522</u>	<u>159.522</u>

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Destinação do Resultado

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

	<u>31/12/2025</u>
Lucro líquido do exercício	12.247
Absorção do prejuízo acumulado	(3.632)
(-) Reserva legal (5%)	(431)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(2.046)
(-) Reserva de lucros	(6.138)
	<u>-</u>

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

Dividendos a pagar

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.046	-
Total a pagar	2.046	-

13. Receita líquida operacional

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de prestação de serviços	5.306	-
(-) Dedução da prestação de serviços - impostos incidentes	(259)	-
	5.047	-
Receita de locação	15.015	-
(-) Dedução da locação - impostos incidentes	(487)	-
	14.528	-
Venda de energia elétrica	165	-
(-) Dedução sobre venda de energia	(6)	-
	159	-
Total	19.734	-

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Custos e despesas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços de terceiros	(464)	(26)
Despesas gerais	(241)	(6)
Despesas com seguros	(399)	(119)
Depreciação e amortização	(3.897)	(466)
Outras despesas administrativas	(54)	(296)
Total	(5.055)	(913)
Total de custos de vendas de energia e serviços prestados	(4.794)	-
Total de despesas administrativas	(256)	(907)
Total de outras despesas operacionais	(5)	(6)
Total	(5.055)	(913)

15. Resultado financeiro

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Receitas aplicações financeiras	321	3
Subtotal	321	3
Despesas financeiras		
Juros dos arrendamentos	(663)	(2.633)
Juros e multas	(9)	(62)
Tarifas bancárias	(2)	(3)
Outras despesas com arrendamento	(100)	-
IOF	(26)	-
Subtotal	(800)	(2.698)
Total	(479)	(2.695)

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional	17.079	17.079
% Presunção- receitas de arrendamentos	32%	32%
	5.465	5.465
Receita financeira	323	323
	5.788	5.788
Base de cálculo tributação		
Alíquotas - IRPJ e CSLL	15%	9%
Adicional - IRPJ - 10%	10%	
	(1.433)	(520)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

	31/12/2025		31/12/2024		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa	9.019	9.019	1.187	1.187	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a receber	3.152	3.152	-	-	Custo amortizado	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	394	394	34.309	34.309	Custo amortizado	-
Partes relacionadas - Mútuos	1.694	1.694	-	-	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	6.205	6.205	5.554	5.554	Custo amortizado	-

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Gestão de Riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

Os principais fatores de risco inerentes à Companhia podem ser assim identificados:

i) *Risco de câmbio*

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às importações feitas em moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

ii) *Risco regulatório*

A Companhia está sujeita a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva da Companhia

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de Riscos--Continuação

iii) *Riscos de crédito*

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

iv) *Riscos de liquidez*

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da Companhia.

v) *Risco de taxa de juros*

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil 27 de janeiro de 2026, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros das aplicações financeiras--Continuação

Aplicações financeiras (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.2025	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável 14,47%	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%) 7,23%	Cenário II (-25%) 10,85%	Cenário III (+25%) 18,09%	Cenário IV (+50%) 21,71 %
Aplicações financeiras	CDI	96,5%	8.970	1.298	649	974	1.623	1.948
Total			8.970	1.298	649	974	1.623	1.948

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

18. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2025 estão abaixo apresentados:

	31/12/2025		
Pedro Leopoldo II	Valor segurado	Prêmio total	Venciment o
Responsabilidade civil	15.000	9	07/07/2026
Riscos operacionais	393.380	640	08/07/2026